

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE**

---

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**DECRETO N.º 055/2025 - PROGOV**

DECRETO N.º 55/2025  
04 de agosto de 2025

EMENTA: Dispõe sobre procedimentos obrigatórios a serem observados no atendimento aos questionários eletrônicos, enviados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no sistema PROGOV.

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve e:

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto estabelece normas de procedimentos obrigatórios a serem observados por todos os envolvidos no atendimento aos questionários enviados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná dentro do sistema PROGOV, que é um sistema instituído através da Instrução Normativa n.º 172/2022, com o objetivo de aprimorar a forma como são analisadas as prestações de contas de governo dos prefeitos municipais do Paraná.

Art. 2º - Compete ao Controlador Interno e aos Secretários Municipais, das áreas envolvidas na avaliação, o acompanhamento e orientações aos interlocutores responsáveis pelas respostas aos questionários do PROGOV.

Art. 3º - Os Secretários responsáveis pelas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Transparência e Relacionamento com o Cidadão e Administração Financeira, deverão, no prazo de 30 dias a contar da publicação deste decreto, apresentar um diagnóstico das respostas apresentadas nos questionários de avaliação de 2024, com proposição de solução para os quesitos que eventualmente tenham a resposta NÃO, ou para resposta SIM, sem anexação de documento ou site, quando solicitado.

§ Único: O Controle Interno obrigatoriamente acompanhará as determinações constantes do *caput*, sendo responsável ainda por orientar a elaboração de manuais de procedimentos, quando for o caso.

Art. 4º - Tudo o que depender da edição de atos normativos sejam eles, manuais de procedimentos, instruções normativas, regimentos internos, levantamentos, demonstrativos, decretos, portarias e até mesmo leis municipais, os mesmos deverão ser elaborados de imediato, para atender, sem falta, já as respostas a serem dadas nos questionários a serem respondidos ainda esse ano, com relação à prestação de contas de 2025.

Art. 5º - Na elaboração dos atos normativos e ou quaisquer documentos, além de atender aos questionários da área, o foco sempre será:

**Educação:** Avaliar as ações do governo que visem à melhoria da **qualidade do ensino** e à ampliação do **acesso e da permanência escolar** na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental ofertados na Rede Municipal de Ensino.

**Saúde:** Avaliar as ações do governo que visem à melhoria da qualidade dos **serviços da Atenção Básica em Saúde**, de acordo com

as necessidades e demandas da população de cada território.

**Assistência Social:** Avaliar as ações do governo que visem à identificação e à prevenção de **situações de vulnerabilidade e risco social** por meio da oferta de serviços de **Proteção Social Básica**.

**Transparência e Relacionamento com o Cidadão:** Avaliar as ações do governo que busquem garantir a **transparência e o relacionamento com o cidadão** a fim de fomentar o **controle social**.

**Administração Financeira:** Avaliar as ações do governo que contribuam para uma **condição financeira sustentável** a fim de garantir a continuidade da prestação adequada de serviços públicos.

Art. 6º - Caso no diagnóstico previsto no art. 3º ficar constatado que para atender quesitos haja necessidade de investimentos, estes deverão estar previstos no Plano Plurianual (quadriênio 2026/2029), em elaboração, e na Lei Orçamentária Anual para 2026, também em elaboração.

§ Único: Para o exercício atual, eventuais investimentos precisam estar previstos no orçamento vigente.

Art. 7º - Fica determinado que, para o exercício de 2025 e seguintes, nenhuma área avaliada tenha nota inferior a 5,0 (cinco), e, a evolução da nota não será inferior a 10% ao ano, na vigência do atual mandato.

§ Único: Exceção para área de Administração Financeira que teve uma evolução de 95,04% de 2023 para 2024, no entanto, deverá procurar, ano a ano, melhorar ainda mais a avaliação.

Art. 8º - No que couber, as determinações deste decreto deverão ser observadas se eventualmente novas áreas passarem a ser avaliadas no PROGOV.

Art. 9º - A todos os envolvidos no Município, com o sistema PROGOV, inclusive os interlocutores, fica determinado a obrigatoriedade de participação em treinamentos a serem realizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sobre o tema.

Art. 10º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste, em 04 de agosto de 2025.

**OSCAR DELGADO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Marcia Renata Rosa

**Código Identificador:**A3D7B857

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 05/08/2025. Edição 3334

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>